

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel.-----

----- Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. --
Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção do senhor deputado Ricardo Jorge Teixeira Duarte.-----

-----A senhora deputada, Sofia Manuela Moreira Leal, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria Goreti Pinto Moreira.-----

-----O senhor deputado, António Carlos Sousa Pinto, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pelo senhor Nuno Brochado.-----

-----O senhor deputado, António José da Cruz Pereira de Magalhães, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pelo senhor Pedro Pinto Lopes.-----

-----A senhora deputada Mafalda Sofia Dias Martins Duarte, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Agostinho Soares.-----

-----A senhora deputada Daniela Marisa Rocha Oliveira, vem ao abrigo do artigo 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A72002, de 11 de janeiro, solicitar a renúncia ao seu mandato como membro da Assembleia Municipal, sendo substituída pelo senhor José Fernando Coelho Ferreira, passado esta a ser membro efetivo da Assembleia Municipal.-----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.

-----O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da recomendação, propostas, moções, votos de louvor e voto de pesar entrados na mesa:-----

-----1 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:-----

-----"MOÇÃO-----

-----O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Penafiel, na sequência da apresentação do relatório final, solicitado por despacho do gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, que constituiu o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado - GT IEVA, segundo o qual ficamos a saber que o IC 35, designadamente o troço entre Penafiel e Entre - os - Rios, surge no aludido estudo como uma obra não prioritária, do conjunto de

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

obras a realizar até 2020, vêm pelo presente manifestar o seu total descontentamento e repúdio em relação ao mesmo. -----

-----CONSIDERANDO QUE:-----

-----A citada rodovia, é uma infraestrutura crucial e complementar à EN 106 para as populações oriundas do concelho de Penafiel, Marco de Canavezes, Castelo de Paiva, Cinfães entre outros. -----

-----É notório e evidente, que os sucessivos governos da república, têm protelado no tempo, a construção desta citada rodovia, com as inerentes consequências, na economia regional, pois esta infraestrutura apresenta-se como a única solução de ligação à zona metropolitana, onde se encontram instalados equipamentos marítimo portuário e aeroportuário essenciais para as empresas numa economia cada vez mais globalizada. -----

-----A EN 106 apresenta uma elevada perigosidade, registando semanalmente diversos acidentes, conforme dados que infra se indicam, baseados num estudo realizado pela CM Penafiel: -----

----- **Sinistralidade verificada na EN 106 entre os anos de 2007 a 2010** -----

-----Acidentes - 573 -----

-----Feridos - 204 -----

-----Feridos graves - 24 -----

-----Mortos - 7 -----

----- **Dados do tráfego** -----

-----800 000 Veículos passaram na EN 106 em apenas duas emanas -----

-----30 % do tráfego refere-se a carrinhas e camiões -----

-----69,7 % dos veículos excedeu o limite de velocidade (50 km/h) -----

-----180 km/h foi a velocidade máxima registada -----

----- **Pontos negros** -----

----- EN 106 entre Penafiel e Castelo de Paiva -----

----- Entroncamento da Ribeira em Rans -----

----- Cruzamento em Pinheiro -----

----- Cruzamento em Oldrões -----

----- Entroncamento em Eja -----

----- EN 15 entre Penafiel e Paredes -----

----- Saída da A4 em Novelas -----

-----Os acidentes lá ocorridos já "ceifaram" inúmeras vítimas, deixando centenas de famílias destroçadas. -----

-----O IC 35 tem de ser gerido de forma supra partidária, colocando sempre os interesses de Penafiel, acima das questões de natureza político-partidária, não compagináveis com a necessidade imperiosa do avanço desta infraestrutura rodoviária. -----

-----Mais uma vez, o governo central foi alheio às necessidades da nossa comunidade e das populações que constituem a NUT III do Tâmega, uma das maiores do país, Assim, A Assembleia Municipal de Penafiel reunida em 28 de Fevereiro de 2014 decide: -----

-----1- Exigir do governo a construção do IC 35, obra reconhecida pelos sucessivos governos como prioritária e justa no quadro do desenvolvimento regional e nacional, mas sempre adiada e esquecida; ----

-----2- Manifestar a preocupação pela realização de um "estudo" que, por muito meritório que possa ter, não teve em conta a participação das entidades locais, nem a história, permitindo que a nossa região continue a ser fustigada, inibindo o seu desenvolvimento. -----

-----Da mesma dar conhecimento ao: -----

----- Ao Primeiro-ministro de Portugal; -----

----- Ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; -----

----- À Secretaria de Estado das Obras Públicas; -----

----- Ao Ministério das Finanças; -----

----- A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República." -----

-----2 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: --

-----"MOÇÃO -----

-----PRIORIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO IC 35 (TROÇO PENAFIEL/ENTRE-OS-RIOS) -----

-----Considerando que, -----

-----Por despacho do gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, constituiu-se o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GT IEVA), que ficou mandatado de elaborar um relatório que consubstanciasse a priorização dos investimentos públicos para consolidação e desenvolvimento de infraestruturas públicas, nomeadamente no setor rodoviário.

-----O Relatório Final apresentado pelo GT IEVA define 23 projetos prioritários no setor rodoviário, sendo que o IC35 (Penafiel/Entre-os-Rios) está classificado, apenas, na 19.º posição do ranking de prioridade. -----

-----Face ao exposto, importa referir os seguintes argumentos: -----

-----a) COMPROMISSO POLÍTICO -----

-----O Estado Português e toda a classe política nacional, nos mais diversos quadrantes políticos, assumiram uma pessoal responsabilidade na execução deste troço do IC 35. -----

-----Em 2001, a Assembleia da República, através da Resolução unânime n.º 28/2001, de 5 de Abril, recomendou "a tomada de decisão imediata, com carácter de prioridade absoluta, quanto ao lançamento do IC 35". -----

-----O XVII Governo Constitucional, através do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações transmitiu aos autarcas da região que a obra seria lançada a concurso até ao final de

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

2009, facto corroborado pelo Senhor Ministro da Economia e Finanças em 1 de Setembro de 2009, quando anunciou publicamente a assinatura de um despacho tendo em vista o lançamento da obra até ao final de 2009 (integrada na denominada Concessão do Vouga). Apesar deste compromisso público, o titular da pasta das Obras Públicas do XVIII Governo Constitucional, ainda que sendo do mesmo partido político, anunciou a suspensão, por tempo indeterminado, da construção do IC35. -----

-----Já durante a atual legislatura o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações anunciou publicamente, em Fevereiro de 2012 que no mês seguinte seria apresentada "candidatura de acordo com o novo regime estratégico do QREN" para construção do troço do IC35 que liga Penafiel a Entre-os-Rios. -----

-----Em Junho de 2012 a Câmara Municipal de Penafiel entregou na Assembleia da República uma petição pública com 10 000 assinaturas a exigir construção do IC 35. Esta petição foi distribuída à deputada Ana Paula Vitorino (Secretária de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional) que, até à data, nada fez, desrespeitando assim os milhares de pessoas que levaram até à chamada "Casa da Democracia" o seu anseio e preocupação sobre este assunto. -----

-----b) TRÁFEGO RODOVIÁRIO-----

-----O tráfego rodoviário da zona sul dos concelhos de Penafiel e Marco de Canaveses, bem como dos concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães, para Penafiel e para o resto do país (via A4) é feito através da EN106. -----

-----Estudos realizados referem que há muito que a EN106 ultrapassou a sua capacidade de carga, devido ao intenso tráfego rodoviário, com uma utilização de mais de 10.000 veículos/dia. -----

-----Numa contagem de tráfego realizado em Junho de 2013, 44% do total de veículos em circulação encontrava-se em fila de trânsito e cerca de 10% eram veículos pesados de mercadorias. -----

-----c) SEGURANÇA HUMANA -----

-----O elevado tráfego rodoviário da EN106, conjugado com a excessiva acessibilidade lateral, em termos de números de vias que confluem para a EN106 (acessos a terrenos, edifícios e a outras vias), transformam esta estrada num trajeto com elevado potencial de sinistralidade. -----

-----Infelizmente a perigosidade da EIM106 é refletida nos números da sua taxa de sinistralidade. Os acidente com vítimas mortais na EN106, representam 67% do total no concelho de Penafiel e, em média, ocorre 1 acidente nesta via em cada 2,5 dias. -----

-----Refira-se que esta estrada atravessa vários aglomerados urbanos e maior parte do traçado não possuiu passeios, sendo que, onde existem, são estreitos ou sem continuidade. Estas circunstâncias tornam a EN106 num palco de sucessivos atropelamentos, alguns deles fatais para as vítimas. -----

-----A vida humana não tem preço. É do conhecimento público que, ao longo dos vários pontos negros da EN106, têm-se verificado inúmeros acidentes, que trazem custos ao erário público mas, acima

de tudo, ceifaram vidas e transtornaram a vida de muitas famílias. -----

-----d) DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-----

-----A construção deste troço do IC35 trará valor à região e ao país, devido ao efeito gerador do desenvolvimento que vai induzir. Esta obra é fundamental para garantir a competitividade e o desenvolvimento do cluster local de extração de inertes, atividade exportadora que representa um grande volume de negócios e uma percentagem significativa do volume de exportações do Porto de Leixões. -----

-----Esta obra irá também dar um novo alento à concretização do potencial turístico das zonas ribeirinhas do Tâmega e Douro, contribuindo assim para a afirmação deste setor, considerado prioritário para o país, nomeadamente na zona das Termas de S. Vicente e de Entre-os-Rios. -----

-----Acrece ainda que, devido à faixa non aedificandi que abrange 200 metros para cada lado do traçado previsto, existe uma área de 360ha em que os respetivos proprietários estão impossibilitados de utilizar os seus terrenos, nomeadamente para construção, circunstância que esta, que se mantém há mais de uma década. -----

-----Esta limitação dos direitos emergentes dos proprietários privados, por um período tão longo, é um sacrifício oneroso para a população de dez freguesias do concelho de Penafiel e um claro entrave ao desenvolvimento territorial do concelho. -----

-----Considerado ainda, -----

-----A tomada de posição pública do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, que protestou com veemência os resultados do estudo elaborado pelo GT IEVA, criticando o desconhecimento da realidade local dos autores e o facto destes nunca terem auscultado a autarquia. -----

-----Que a CIM do Tâmega e Sousa, uma das maiores do país, criticou as conclusões do grupo de trabalho, considerando que o IC35 é uma via estruturante para o desenvolvimento dos poios industriais de extração de pedra da região, para a redução da sinistralidade rodoviária e para garantir o acesso expedito de ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, localizado em Penafiel, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer (CDS.PP/PPD-PSD) entende que, pelos argumentos expostos, a construção do IC35 deve ser considerada uma obra prioritária, pelo que a Assembleia Municipal de Penafiel decide, na sua Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2014, exortar o Grupo de Trabalho para Infraestruturas de Alto Valor Acrescentado (GT IEVA) a rever os pressupostos do estudo realizado, estudar a realidade local do território e retificar as suas conclusões relativamente à priorização da construção do IC35 (Penafiel/Entre-os-Rios). -----

-----Mais decide, dar conhecimento da presente moção as entidades abaixo elencadas, exortando-as igualmente para, dentro das suas competências, diligenciar pela priorização e agilização da execução desta infraestrutura. -----

-----Primeiro-ministro, -----

-----Ministro da Economia, -----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

-----Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, -----
 -----Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, -----
 -----Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, BE e CDU, -----
 -----Estradas de Portugal, EP, -----
 -----Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária."-----

-----3 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 23 de fevereiro, do distinto Penafidense, José Manuel Brochado, pai do ex Membro desta Assembleia Sérgio Brochado e do ex membro da direção da JSD local, Nuno Brochado.-----

-----José Manuel Brochado nasceu em Penafiel em 20 de janeiro de 1957, oriundo de uma família humilde e trabalhadora.-----

-----Contabilista ilustre era reconhecido profissional e pessoalmente no concelho de Penafiel e concelhos limítrofes e, em especial, na Freguesia de Penafiel.-----

-----Era um replicador de valores sociais como a Amizade, a Fraternidade, e a Solidariedade.-----

-----Era reconhecida a sua apetência pelos ideais sociais e religiosos, sendo "Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel" e "Irmão da Ordem Franciscana", onde foi Ministro, Secretário e exercia no presente mandato o cargo de Tesoureiro.-----

-----Elaborava, gratuitamente, desde há muitos anos, a contabilidade de várias Instituições de cariz social, desportivo e recreativo do concelho.-----

-----Exerceu desinteressadamente cargos no Conselho Fiscal do Futebol Clube de Penafiel e na Associação Empresarial de Penafiel.-----

-----Foi cidadão de corpo inteiro, amigo e bom conversador, integrando reconhecidas qualidades humanas e cívicas, sendo verdadeiramente solidário e empenhado em causas sociais e humanas.-----

-----A morte do distinto penafidense José Manuel Brochado é uma perda irreparável para o concelho de Penafiel e para a Comunidade onde se entregou e deixou um rasto indelével da sua passagem.-----

-----Todos nós percebemos a dor que nos traz uma morte prematura. Morreu um amigo, uma referência da freguesia e concelho de Penafiel e um homem bom e de bem, que fez da sua vida uma lição a seguir.-----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia de Freguesia de Penafiel, reunida no dia 28 de fevereiro de 2014, endereça à família enlutada, e em especial à sua esposa Maria da Conceição e filhos Sérgio Brochado e Nuno Brochado as mais sentidas condolências."-----

-----4 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----O Grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 31 de janeiro, do distinto Penafidense, Professor Orlando Manso Ventura.-----

-----Orlando Manso Ventura nasceu em Nisa e estabeleceu - se na cidade de Penafiel após ter prestado serviço militar, tendo constituído família e começado a exercer a sua profissão de professor. -----

-----Professor ilustre, trouxe para a vida política do Concelho uma lufada saudável de valores como a Fraternidade, Igualdade e a Amizade e, uma forma diferente de fazer política, pautada pela Solidariedade e a entrega aos ideais sociais, democráticos e socialistas. -----

-----Foi membro desta Assembleia e do Executivo Camarário na década de oitenta. -----

-----Exerceu cargos de gestão na Direção da Escola Secundária e foi Presidente do Conselho Diretivo da Escola Preparatória de Penafiel. -----

-----Foi ainda membro da Direção de várias instituições do concelho. Destacam-se os cargos exercidos na Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel, na Direção da Assembleia Penafidense, e na Direção da APADIMP. -----

-----Punha no seu trabalho uma bondade e entrega extrema, sendo conhecido pelo ombro amigo onde os colegas e não só, recorriam em busca de conselhos e de uma palavra de alento. -----

-----Morreu um amigo e acima de tudo, um homem bom e de bem que quis apenas fazer da sua vida uma lição de independência, tolerância, humildade, partilha e amizade. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia de Freguesia de Penafiel, reunida no dia 28 de fevereiro de 2014, endereça à família enlutada as mais sentidas condolências. -----

-----5 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

----- "VOTO DE PESAR -----

-----A coligação Penafiel Quer propõe à Assembleia Municipal de Penafiel de 28 de fevereiro de 2014, um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Soares Ferreira, cunhado do Sr. Presidente de Junta de Fonte Arcada, e que o mesmo seja dado conhecimento à família. -----

-----Faleceu aos 49 anos, por morte súbita aquando da prática da modalidade desportiva Enduro no dia 23 de fevereiro de 2014, em Lagares Penafiel. -----

-----José Manuel Soares Ferreira era considerado unanimemente um indivíduo afável e proactivo, assumindo-se como um líder em todos os eventos e respetivas etapas relacionadas com a prática de desporto motorizado, nomeadamente nas Provas de Extreme XL Lagares. Indivíduo ambicioso nos objetivos a que se propunha e dinamizador da prática desportiva motorizada em Lagares, representava

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

um elemento de congregação de todos os que com ele partilhavam o gosto e a paixão pela prática deste desporto. -----

-----José Manuel Soares foi igualmente um dos pioneiros do Grupo Amigos do Pedal, associação para o qual entrou em 2007, com o n.º de sócio 50. -----

-----José Manuel Soares será sempre recordado como uma pessoa dinâmica e com exemplar sentido de coletivo, sendo que a melhor homenagem que lhe poderá ser feita será seguir-lhe o exemplo." -----

-----6 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PÉSAR -----

-----No passado dia 30 de Janeiro de 2014, faleceu com 71 anos de idade, o Prof. Orlando Manso Ventura da Cosia. -----

-----Desde há muitos anos radicado na cidade de Penafiel, granjeava muitas amizades pelo seu espírito entusiástico e de personalidade calorosa, que cativava quem o rodeava. -----

-----Foi professor do ensino secundário, e Presidente do Concelho Diretivo da Escola Preparatória de Penafiel. -----

-----Foi membro da Assembleia Municipal, e Vereador da Câmara Municipal nos anos oitenta. -----

-----Serviu em várias coletividades da cidade: -----

-----Como Vogal da Direção de Núcleo da Liga dos Combatentes de Penafiel entre 1971 e 1975; -----

-----Durante vários anos foi membro dos Corpos Sociais da Assembleia Penafidelense; -----

-----E pertenceu aos Órgãos Sociais da APADIMP. -----

-----O Grupo da Coligação Penafiel / Quer (PSD / CDS), na reunião da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2014, propõe que fique exarado em ata um voto de pesar, e deseja prestar-lhe uma sentida homenagem, ao dedicar-lhe um minuto de silêncio, em sua memória. -----

-----E que desta deliberação seja dado conhecimento à sua família." -----

-----7 — Voto de louvor e mérito, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR E MÉRITO -----

-----O Núcleo de Penafiel da Liga dos Combatentes vai comemorar 90 Anos de existência no próximo dia 15 de Março de 2014. -----

-----Este Núcleo de Penafiel foi aprovado em 13 de Março de 1924, pela Direção Central de Lisboa, da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, sendo seu Primeiro Presidente o Dr. Almiro de Vasconcelos, Capitão Miliciano, Combatente da I.ª Grande Guerra, e condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe.

O Núcleo de Penafiel é, o 13.º mais antigo, a nível nacional, desde a criação da Direção Central da Liga dos Combatentes, em Lisboa, em 16 de Outubro de 1923. -----

-----Ao longo destes 90 Anos, o Núcleo tem apoiado os antigos Combatentes da I .a Grande Guerra, da Guerra do Ultramar (1961-1974), e das diversas Expedições das Forças Militares Portuguesas, que se encontram em dificuldades, sempre com um espírito de fraternidade e de carácter social. -----

-----Por esta comemoração dos 90 Anos, pelo trabalho realizado em prol dos Antigos Combântes, nesta Assembleia Municipal, reunida em 28 de Fevereiro de 2014, o Grupo da Coligação Penafiel Quer (PSD/CDS), propõe que fique exarado em ata um Voto de Louvor e Mérito. -----

-----E desta deliberação seja dado conhecimento ao Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes de Penafiel.”-----

-----Posta à votação a admissibilidade das moções apresentadas foram as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Felicitou o cidadão penafidense Alberto Santos, pela sua nomeação ao galardão do Jornal Veris BPI 2013, e respetivo prémio atribuído na categoria Valor e Altruísmo. Disse que era mais um ilustre penafidense a quem era reconhecido o valor como cidadão e como autarca durante os anos que tinha presidido os destinos do concelho de Penafiel. Todos se recordavam que antes das últimas eleições, perante um apelo feito na Assembleia Municipal, da parte da bancada do PS, na altura comentou, que na sua modesta opinião, que não passava de pura demagogia política e de pré campanha para as autárquicas que se aproximavam. Referia-se às senhas de presença que tinham, depois, essa solidariedade altruísta pelo *show off* de uma reportagem televisiva. Disse que nenhum elemento da Câmara Municipal ou da coligação “Penafiel Quer” tinha chamado a Penafiel a RTP. Na verdade é que a própria e outros deputados representantes de outros partidos, prestaram as suas declarações e na reportagem passaram o que tinham entendido passar. Também na reportagem tinha ouvido o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, presumia que o senhor Provedor não tenha chamado a RTP, e qualquer cidadão penafidense a ouvir aquela reportagem tinha pensado que o montante das senhas de presença do Partido Socialista ia ser entregue à Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. Após essa reportagem, o senhor Provedor reuniu com alguns dos dirigentes do PS para acertarem se essa quantia ia ser entregue em monetário ou em géneros. Palavras ditas pelo senhor Provedor numa conversa pessoal mas com liberdade de a poder referir, por um lado e por outro, no aniversário da Santa Casa da Misericórdia perante quem estava presente, tinha feito questão, o senhor Provedor de referir que até àquela data não tinha recebido qualquer tipo de apoio por parte do Partido Socialista. Fez um apelo ao Partido Socialista, para que continuasse a praticar esse gesto de solidariedade porque naquele momento, a Santa Casa da Misericórdia estava a distribuir 90 refeições diárias, não só aos seus utentes mas a pessoas que estavam com problemas de alimentação e tinham fome. -----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

-----Disse que se dirigia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel, pela questão do bom senso e pela sua bondade de explicar porque é que o espaço desportivo contíguo à junta, simplesmente tinha sido transformado num parque de estacionamento gratuito. Se todos defendiam que a prática desportiva era uma cultura que cada vez mais se devia motivar, não entendia porque é que a junta de freguesia tinha transformado aquele espaço para estacionamento da própria junta. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Explicou que aquele espaço desportivo quando tinha sido construído, não existia legislação específica relativamente às instalações desportivas e que agora eram denominadas recreativas, a partir dessa altura, 1997, 1999, 2002, 2007 e 2011 tinha saído legislação que regulamentava esse tipo de espaços. Se estavam preocupados com um lugar de espaço desportivo, que na altura seria nobre, a verdade era que a partir daí, por forças circunstâncias legais do seu enquadramento jurídico, não reunia condições mínimas de segurança para a prática desportiva e ninguém que teve responsabilidades políticas durante os anos anteriores tinha estado preocupado com essa situação. -----

-----Relativamente ao parque de estacionamento, disse que a Câmara Municipal tinha sido avisada para esse facto. Como todos sabiam a freguesia tinha sido agregada e a sua sede era em Penafiel, e o seu fluxo em termos de utilização, quer pelos responsáveis políticos quer pelos cidadãos que lá se dirigiam aquela zona era muito complicada em termos de trânsito, e portanto, o espaço em horário de expediente era usado para parque da junta de freguesia, quer para os seus veículos quer para os utentes e tinha sido libertado espaço de estacionamento que estava afeto à junta para dar mais possibilidade às pessoas que usavam aquele espaço. A partir do final do horário de expediente, o espaço ficava livre, mas tinha uma ligeira alteração é que as questões de segurança e o que era supostamente uma instalação desportiva ia ser salvaguardada e portanto era importante que a Câmara Municipal, porque era sua obrigação, se aquelas instalações eram ou não um espaço desportivo. Se realmente o reconhecesse como tal, devia regista-lo, tipifica-lo e informar o Instituto do Desporto e Juventude. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Felicitou a Câmara Municipal relativamente à forma como pretendia a breve prazo ~~disponibilizar a documentação~~, quer aos senhores Presidentes de junta de freguesia quer aos restantes membros da Assembleia Municipal num processo que tem sido contínuo de erradicação do papel para passar a ter a informação de uma forma mais saudável para bem do ambiente. -----

-----Relativamente ao IC 35 disse que, saudou a forma de fazer política dos vários quadrantes políticos a convergirem no mesmo sentido. Continuava céptico relativamente ao que estava vertido nas moções, uma vez que o que estava escrito já constava na moção com 10.000 assinaturas que estava na Assembleia da República e o resultado tinha sido aquele que já todos conheciam e por isso achava que eram necessárias medidas de outro tipo. Referiu uma reunião que tinha havido no concelho com

senhores deputados e que tinha tido conhecimento pela comunicação social, e que tinha ficado a saber que iam ter um percurso diferente, já não ia haver duas vias para cada sentido. -----

-----Disse que no dia 28 de julho de 2013, foi inaugurado um conjunto de requalificações na freguesia da Eja. Na sessão protocolar, e nos discursos, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de então, foram inumerados todas as obras como obras da Câmara Municipal, ou seja, como a situação da junta da freguesia da Eja é muito complexa em termos financeiros, a dedução lógica era que a Câmara Municipal estará a aceitar de forma tácita como sua as obras, logo a correspondente financeira envolvida na construção das mesmas. Disse que ainda não tinha feito chegar à Câmara Municipal o investimento feito pela Junta de Freguesia naquelas artérias, mas vai fazer chegar o mais breve possível os valores em causa. --- -----

-----Relativamente ao saneamento em Entre-os-Rios, era uma situação que o preocupava porque já existia rede de saneamento mas não estava a ser utilizada, tinha sido inaugurada aquando a inauguração da requalificação do casco histórico em 01 de maio de 2009 e após várias diligências depois dessa data o problema continuava. Tinha ficado preocupado porque tinha consultado o *site* da Penafiel Verde EM, e verificou que para o ano de 2014 estavam previstas novas obras, mas ao que dizia respeito àquela situação em concreto não tinha visto nada mencionado. Pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal que levasse em linha de conta aquela situação porque tinham ali um problema grave para resolver. -----

-----Deu os parabéns à Câmara Municipal por duas iniciativas que tinha tomado em mãos e tinha sido um êxito. A manutenção de um êxito, as Endoenças, que já existia no passado, fruto da extinção da junta de turismo, caso a Câmara Municipal não tivesse interferido podia ter tido problemas, quanto à manutenção desse evento. O festival da Lampeira, que tinha começado com o Executivo anterior, e o Executivo atual não tinha e muito bem deixado cair o evento. Agradeceu à Câmara Municipal na pessoa do senhor Vereador Adolfo Amílcar pelo trabalho que ali tem vindo a desenvolver de uma forma a que aqueles eventos sejam um grande êxito. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Relativamente à intervenção da senhora deputada Hermínia Magalhães, disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista, fazia com o dinheiro resultado das senhas de presença o que bem entendia. O resultado da conversa particular que a senhora deputada tinha tido com o senhor Provedor não dizia respeito ao PS, mas informou que o dinheiro resultante das senhas de presença, tinha sido entregue como comprometido, a uma instituição que não ia revelar porque não era público. Disse que relativamente a essa matéria não tinham que dar satisfação desse ato a ninguém. Se a senhora deputada tivesse estado atenta, numa das últimas sessões da Assembleia Municipal, o senhor vereador Fernando Malheiro, à data deputado da Assembleia Municipal tinha mencionado precisamente esse facto. Não tinham tirado qualquer proveito partido-partidário que a senhora deputada tinha ali insinuado. Disse que não se recordava que a senhora deputada se insurgir contra o senhor dr. Alberto Santos, pessoa que tinha acabado de elogiar, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Penafiel,

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

quando deu uma *machadada* a todas as associações do concelho, cortando nos apoios e subsídios. Não se lembrada da senhora deputada ter votado contra a aprovação do orçamento em que cortava os apoios às associações culturais e recreativas que prestavam também um papel social nos seus territórios. Aproveitavam o repto e aproveitavam para estende-lo à bancada da maioria que certamente podiam fazer, com o dinheiro das senhas de presença o que bem entendesse. -----

-----Quanto ao IC 35, disse que, obviamente, o PS votar favoravelmente a moção que tinha apresentado. O PS tem tido uma postura séria em relação àquele assunto, não têm feito demagogia com o IC 35 dada a sua importância e relevância e a prova disso estava bem patente no texto da moção apresentada, não fazendo qualquer menção ou ataque político-partidária, ao contrário da moção apresentada pelo grupo da Coligação e das notícias que saíam a público. Omitiam um conjunto de factos nessa moção, que iam votar favoravelmente. Disse que no período em que tinha exercido a função de deputado da Nação, sentiu-se envergonhado pela maneira que o senhor Secretário de Estado, na altura tinha tratado o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, pelo facto de 12 requerimentos não terem tido qualquer tipo de resposta. Disse que isso não significava, que agora, com o magistério de influência que a Câmara Municipal de Penafiel tinha junto ao Governo, realizar aquela obra tão desejada pelos penafidenses. -----

-----Disse que já tinha havido um senhor deputado, que já tinha sido Secretário de Estado, dr. Jorge Costa do PSD, que na Assembleia da república exigia que todos os investimentos públicos parassem, porque não se podia gastar mais dinheiro, depois, esse mesmo deputado, a passear pelo município exigia que se fizesse a obra do IC 35. Aliás, tinha tido a oportunidade, numa Comissão Parlamentar, de referir que havia dois discursos para a mesma pessoa em função do local onde se encontrava. Em Lisboa, discursava a contra o Governo porque se tinha que parar todo do tipo de investimentos, e em Penafiel dizia que se tinha que construir o IC 35. -----

-----A propósito da petição do IC 35, não conhecendo os trâmites legais do tempo que demorava discutir a questão da petição na Assembleia da República, disse que o senhor Presidente da Comissão das Obras Públicas é do PSD e podia perfeitamente reivindicar, que fosse tirada essa mesma petição à senhora deputada em causa e que a entregasse a outro deputado que pudesse dar por ventura melhor seguimento. -----

-----Referiu, que recentemente, o grupo de trabalho que apresentou o estudo sobre as infraestruturas de elevado valor acrescentado, tinha estado reunido no Porto e o texto da moção apresentado, podia ter sido defendido, naquele local, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, que não tinha estado presente nessa mesma reunião, onde estiveram presentes as pessoas que elaboraram o estudo e o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, exatamente para auscultar os autarcas. O Partido Socialista fez-se representar onde reivindicou a obra o município de Penafiel, mas o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, não tinha tido tempo comparecer nessa reunião. -----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

-----Mais disse, que não tinha sido o Partido Socialista que nas últimas eleições legislativas tinha prometido a construção do IC 35, mas sim o senhor deputado da Coligação PSD-CDS/PP, na Assembleia da República, Mário Magalhães, que fez bandeira eleitoral, à data, e que até agora não tinha concretizado esse objetivo. -----

-----Referiu que o IC 35 era prioritário para a região, e devia ser tratado de forma suprapartidária, exigia-se que todas as forças políticas colaborassem, trabalhassem em conjunto no sentido de reivindicarem o projeto e que a obra se concretize. Disse que à semelhança dos senhores Vereadores do Partido Socialista aquela era a postura que o PS ia tomar em relação àquele assunto, sem qualquer querela partidária. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que o senhor deputado Jorge Costa, tinha sido deputado no passado, na legislatura anterior, naquele momento não era deputado. -----

-----Referiu que o esforço que tinha sido feito pelas associações nos mandatos anteriores, escreveu-se num esforço coletivo de toda a comunidade para se ajustar aos tempos que corriam. Não tinha sido um Presidente de Câmara munido de um machado para dar machadadas a torto e a direito. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que podia parecer desatenta mas não é. Não queria saber para onde iam as senhas do Partido Socialista, e a conversa pessoal que tinha tido com o senhor provedor, foi no sentido de lhe dar consistência e mostrar de uma forma implícita, pois não era daquelas pessoas que se limitava a ouvir e ficar com uma verdade absoluta. Gostava de ir à fonte para perceber o que se tinha passado porque as declarações do senhor Provedor tinham sido feitas numa cerimónia pública aquando o aniversário da Santa Casa da Misericórdia. Se logo após as eleições autárquicas e logo de imediato à sua intervenção, não tivesse havido o que ali houve, não tivesse vindo a televisão e porque aquele momento e não outro. -----

-----Quanto, ao não se insurgir relativamente á política no que respeitava a diversas associações, perguntou se o senhor deputado tinha lido com atenção a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal que ia ser discutido no ponto 2 da ordem de trabalhos. -----

----- O senhor deputado João Coelho Pereira: Recentemente a Câmara Municipal tinha feito uma intervenção junto da escola secundária Joaquim Araújo, com a finalidade de melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade das pessoas que ali trabalhavam e estudavam. Efetivamente criou um novo parque de estacionamento para os automóveis que até ali estacionavam em ambos os lados da rua principal, causando constrangimentos ao tráfico normal. Colocou passadeiras bem visíveis, semáforos com sinalização de passagem para peões, escadaria de acesso à entrada do estabelecimento de ensino e reforçou a iluminação da entrada. Disse que tinha sido uma intervenção boa e oportuna, todos reconhecia que agora as deslocações eram muito mais seguras e confortáveis. Era necessário também olhar para a escola básica de Penafiel sul. Os alunos dessa escola terminavam as aulas às 18h25, nos dias em que anoitecia mais cedo, o espaço exterior não estava suficientemente iluminado, era nessa altura que, para

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

recolherem os alunos que afluíam os transportes escolares e dos encarregados de educação numa grande azáfama. Acontecia que os alunos dirigiam-se para os carros dos encarregados de educação, atravessavam à frente dos autocarros sem terem em conta os aspetos de segurança. Como era escuro e como eram alunos de tenra idade os condutores podiam ter dificuldade em vê-los atravessar, por isso era importante enviar os técnicos competentes ao local para averiguarem aquela situação de forma a melhorar as condições de segurança, de iluminação e de mobilidade para que se melhorasse o processo de recolha dos alunos. Lembrou que havia alunos que se deslocavam a pé para as suas residências e no seu percurso casa-escola, escola-casa, seguiam pela berma da variante do Cavalum até junto à rotunda junto ao parque da cidade onde não existe passeios e em dias de chuva o caminho ficava cheio de poças de água e muito enlameado. -----

-----Sabiam que uma das grandes preocupações da Câmara Municipal era a mobilidade, e tinha feito muito para a implantação de uma nova cultura da mobilidade por isso solicitou ao senhor Presidente da Câmara que diligenciasse no sentido de melhorar as situações que tinha referido. -----

— O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que na última sessão da Assembleia Municipal a CDU apresentou uma moção de grande importância para os portugueses e para as suas vidas e depois verificou que na imprensa local tinha sido referido tudo o que se tinha passado naquela sessão e foi omitida essa moção de grande importância para os penafidenses e todos os portugueses. -----

-----Relativamente ao aterro sanitário de Rio Mau, disse que havia problemas sérios nesse aterro. O tempo previsto da sua durabilidade já tinha terminado há alguns anos. Em 2003 a sua taxa de ocupação já era de 53%, perguntou, passado 10 anos, qual a taxa de ocupação do aterro sanitário. No que concerne ao tratamento dos lixídeos, tinham constatado que não estava a funcionar devidamente e não estavam a ser retirados diariamente conforme indicação no site da internet para a estação das águas residuais. Sobre a reciclagem, perguntou se estava a ser feita a triagem do lixo, porque tinham verificado que os camiões descarregavam diretamente para a lixeira sem qualquer tipo de triagem. Perguntou, após o encerramento do aterro, quantos anos ficariam aqueles lixos lá acumulados e as respetivas consequências ambientais para as linhas de água e populações locais. -----

-----Relativamente às freguesias extintas e que agora estavam agregadas, a CDU tinha tido recebido algumas questões de municípios dessas freguesias onde uns diziam que não conheciam os elementos dos órgãos para que foram eleitos, outros não conheciam qualquer atividade das juntas de freguesia na sua antiga freguesia. Deixou um apelo aos senhores Presidentes de Junta de Freguesias das novas freguesias que informassem as populações dos seus eleitos e que lhes falassem de iniciativas e de propostas de obras e outros desenvolvimentos nas suas freguesias. -----

----- Quanto ao IC 35, disse que aquilo que a CDU defendia em Penafiel defendia em Lisboa ou em qualquer parte do país. Disse que havia responsáveis do atual Governo que vinham a Penafiel e publicamente davam a cara e diziam defender com toda a força a construção do IC 35 e em Lisboa

defendiam exatamente o contrário. Eram preciso chamar atenção dos responsáveis para que tivessem uma posição em Penafiel e exatamente igual em Lisboa porque havia problemas extremamente sérios com aquela via de comunicação que tinham que ser resolvidos e todos deviam empenhar-se para que a construção do IC 35 fosse de uma vez por todas resolvido -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Disse que tinha ficado com uma dúvida e perguntou ao senhor deputado Jesus Ferreira se sabia o fundamento e a utilização de um aterro sanitário, para que é que se destinava. Disse que o senhor deputado tinha deixado ali algumas questões que punham em causa o que era um aterro sanitário e para que tinha sido criado. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que não ia perder tempo com essas explicações porque havia formação específica e aconselhou a senhora deputada a visitar o aterro sanitário para que pudesse ver ao vivo um aterro e para que servia. Assim podia verificar o que tinha dito na sua anterior intervenção. Estava também, no local, um técnico especializado que podia esclarecer todas as dúvidas de funcionamento. -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Disse que já tinha ido visitar o aterro sanitário mas a natureza da sua dúvida tinha sido porque não se esperava que num aterro sanitário houvesse triagem. Havia um centro de triagem e esse centro de triagem era feito dos ecopontos que estavam colocados no concelho de Penafiel. A natureza de um aterro sanitário era resíduos que não tinham fim, por isso havia a preocupação com a questão da triagem. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que o problema estava na durabilidade do aterro uma vez que já tinham passado 10 anos. Em 2003 a sua taxa de ocupação já excedia os 53%, a população local estava a sofrer com tudo aquilo, os lixedeados estavam infiltrados no terreno e acerca de 8 anos os lixedeados tinham descarregado pela encosta abaixo e caíram em Rio Mau causando problemas às populações. O problema ali era que, aterro já tinha ultrapassado há muitos anos a sua validade e tinha que ser fechado, as populações estavam a sofrer e o dever era resolver aquele problema uma vez por todas. --- -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que, a questão do IC 35 deveria ser mesmo suprapartidário e todos em Penafiel, individualmente ou partidos políticos queriam e pediam há muitos anos o IC35, mas quando se repetia, e para além do senhor deputado Nuno Araújo já tinha escutado outros responsáveis do Partido Socialista a nomear esse assunto como suprapartidário, não era normal verem afirmações escritas na comunicação social e em plena campanha eleitoral, a dizer que o candidato à Câmara municipal do PS no adro do mosteiro de Paço de Sousa dizer que com ele o IC 35 ia ser uma realidade. Não era normal verem, à época, o Presidente do PS defender que aquela obra era do Partido Socialista, perante o senhor Ministro da Economia, Vieira da Silva. Disse que reconhecia que a paternidade da obra era do PS mas o que queria ver era ao fim de 13 anos ver o *filho*. -----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

-----Em 2001 quando o Governo de então tinha anunciado a obra do IC 35, nenhum dos presentes pensou que estaria em 2014 a reivindicar a urgência, a necessidade que era a construção daquela via. No entanto, estavam a fazê-lo porque os Governos de Lisboa, as Estradas de Portugal e um considerado número de Deputados da Nação não tiveram ao longo daqueles anos o necessário e devido respeito pela população da região. Era público o desinteresse pelas Estradas de Portugal e dos seus dirigentes pela construção do IC 35. Era pública a dificuldade dos Presidentes das Autarquias em falar em falar com os membros do Governo anteriores. Deputados da Nação com muitos anos de casa que ao longo do tempo foram defraudando as expectativas que tinham criado na população. Como é que os cidadãos podiam entender que os senhores deputados da nação, alguns deles já históricos, que apoiaram e sustentaram Governos que construíram um aeroporto onde não existe passageiros, autoestradas onde não existia tráfego, novas estradas e novas autoestradas onde já existia autoestrada. Como podiam entender deputados, alguns eleitos pelo círculo do Porto que tivessem elogiado, apoiado e anuído a que Governos anteriores desviassem verbas do QREN destinadas a serem aplicadas em obras de acessibilidade em zonas das mais pobres da Europa, como era o caso da região do Porto e da sub-região do Tâmega e Sousa. Na altura falou-se em cerca 1,4 mil milhões de euros deslocados para outras zonas do país. Como compreender que esses mesmos deputados que apoiaram os Governos que ignoraram a região do Tâmega e Sousa, nomes como de Renato Sampaio, Francisco Assis, Glória Araújo, Alberto Martins, José Lello, Ana Paula Vitorino, Miranda Calha, Isabel Oneto, Manuel Pizarro entre outros, tivessem sido autores do projeto de Resolução 2015/12, que recomendava ao atual Governo, a construção do lanço do IC 35 Penafiel/Entre-os-Rios. Como entender deputados que durante anos tinham apoiado Governos e Governantes que mesmo não construindo o IC 35 deixaram o país na falência e entregue à Troika, mas 7 meses depois de saírem do Governo, recomendavam ao novo Governo a construção de uma infraestrutura que nunca quiseram construir. Como entender, enquanto discutiam obra megalómanas tivessem permanecido no silêncio quando em fevereiro de 2010, António Mendonça, à época Ministro da Obras Públicas, anunciou a suspensão por tempo indeterminado do IC 35. Como entender as palavras de Vieira da Silva, ex Ministro da Economia, quando em março de 2011, em Penafiel, num plenário de militantes de uma estrutura local, tinha afirmado que quando as condições financeiras do país o permitissem o PS não deixaria de honrar aquele compromisso para a região. Dois meses depois, antes de ter sido revelado que o país estava falido e que tinha que pedir ajuda externa. -----

-----Quando ao relatório do grupo de trabalho para as infraestruturas de elevado valor acrescentado, disse que assim que o relatório tinha sido conhecido, souberam de imediato a opinião e a posição do senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel sobre as conclusões inscritas no relatório. Nos dias seguintes foram percebendo que outros agentes partilhavam da mesma opinião e posição, era unânime em Penafiel. -----



Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

----- Não valia a pena referir dados que constavam da moção apresentada, pois era por todos conhecidas as razões que suportavam a necessidade e urgência da construção do IC 35, fossem as de ordem económica, social ou de segurança, o que todos queriam era a construção da via, as pessoas precisavam da construção daquela estrada. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que partilhava do último parágrafo da intervenção do senhor deputado que o antecedeu. Não partilhava do restante na intervenção uma vez que o senhor deputado tinha memória seletiva. Disse que referia o período em que o PS tinha exercido funções no Governo mas omitia os períodos em que a Coligação governava o país. Disse o que estava ali em causa era que o Governo da Coligação não tinha tido a capacidade para concretizar a obra e com o relatório do recente estudo acabou por apresentar mais uma machadada no projeto e na concretização do IC 35.

----- Disse que o candidato do PS à Câmara Municipal, naturalmente que tinha dito que se fosse eleito Presidente da Câmara Municipal de Penafiel iria reivindicar como o senhor Presidente da Câmara muitas vezes se esquecia de o fazer, porque não reivindicava da forma como o devia fazer os investimentos que todos necessitavam para o município de Penafiel. -----

----- Disse que os deputados do PS enquanto deputados da Nação, de forma séria sempre reivindicaram e lutaram junto do Governo para que a obra se concretiza-se. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que não tinha colocado em causa o interesse de qualquer deputado da nação, oriundo de Penafiel na construção do IC 35. Não achava que alguém de Penafiel não defendesse a construção dessa obra estruturante, a sua intervenção tinha haver somente com o Governo que mais tempo tinha estado em exercício, e tinha gasto imensas verbas e não construiu o IC 35 que prometeu. Disse que o atual Governo não tinha dinheiro para construir o IC 35, era um facto que em 2011 o Governo de José Sócrates pediu o resgate. O que interessava mesmo era que a obra fosse concretizada. -----

----- O senhor Vereador André Ferreira: Disse que no âmbito da campanha eleitoral e na sua terra, para além de ter reivindicado o IC 35, tinha feito outras em prol do concelho de Penafiel e para todos os penafidelenses e facto os seus conterrâneos, de Paço de Sousa, tinham estado à altura dessa sua reivindicação e de forma clara e inequívoca, para os três órgãos deram uma resposta cabal e inequívoca. Disse que enquanto ex-Presidente da Comissão Política do PS, sempre e em qualquer circunstância, sempre que o interesse de Penafiel estiver em questão não haveria qualquer simpatia nem qualquer obediência partidária. Já o tinha feito em diversos fóruns onde tinha participado, inclusivamente instando diretamente eleitos do seu partido político, colocando sempre acima do interesse partidário o interesse de Penafiel. Infelizmente o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel não o tinha feito.

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho: Em seu nome, em nome da Junta de Freguesia e da comissão de festas e da população em geral, agradeceu à Câmara Municipal pelo apoio no âmbito das festas do dia 8 e 9 de fevereiro. -----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

-----Como habitante e Presidente de uma das Juntas de Freguesia cuja população tem diariamente de usar e utilizar a EN 15, solicitava à Câmara Municipal, de uma contínua pressão no término das obras da EN 15, obra essa que naquele momento parecia estar com muito atraso e a via encontrava-se numa degradação total. Disse que futuramente ia apresentar um requerimento da Junta de Freguesia acompanhado com uma petição com um conjunto de assinaturas no sentido de que dada a melhoria na estrada que prossupunham, pressupunha-se também maior movimento de viaturas e maior velocidade. Verificando-se já no passado, que as populações utilizavam as bermas como forma do seu percurso pedonal, iria a Junta de Freguesia elaborar o requerimento no sentido de tudo fazer, a Câmara Municipal e entidades envolvidas, a construção de passeios em todo o percurso. Verificou que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, numa entrevista cuja fonte era a Agência Lusa, dizia que já tinha conseguido que na zona urbana da área de Felgueiras, fossem construídos passeios dos dois lados das bermas e na zona não urbana em uma das bermas. Solicitou que todos se empenhassem, no sentido de que no percurso enumerado se conseguisse pelo menos a construção de passeios em pelo menos uma das bermas. -----

----- A senhora deputada Filomena Pereira: Disse que já fazia parte da Assembleia Municipal desde os mandatos do senhor Agostinho Gonçalves e Rui Silva. Tinha feito parte da mesa da Assembleia Municipal, tinha feito parte no Executivo Municipal, como vereadora sem pelouro, e durante 15 anos membro da Assembleia Municipal. Era na Assembleia Municipal que gostava de estar para ajudar e contribuir para as causas com interesse de Penafiel. Citou o seu professor Figueiredo Dias dizendo: " *As pessoas não deviam estar aí como as coisas nem deixar-se ser como tudo o que meramente vive. Temos que ser e ser para nós mesmos uma tarefa absoluta a concretizar*". -----

-----Quanto ao agora estacionamento da sede da junta de freguesia de Penafiel, disse que tinha uma servidão de vistas para aquele local desde 1993, e efetivamente nunca lá tinha visto nenhuma atividade desportiva. -----

-----Subscrevia as palavras que a senhora deputada Hermínia Magalhães tinha dirigido ao cidadão Alberto Santos. -----

-----Disse que tinha um requerimento dirigido à Câmara Municipal com o seguinte teor: -----

-----"*Os tempos que correm eram difíceis e mais difíceis eram os tempos das associações humanitárias que face à nova legislação viu cortados subsídios, ajudas e credenciais entre outros suprimentos. O nosso concelho, e ainda bem, possui 3 associações humanitárias e 3 corpos de bombeiros, a saber: Paço de Sousa, Penafiel e Entre-os-Rios. Julgo que o momento que atravessam era difícil para todas elas mas em especial para a Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Entre-os-Rios cuja a área de intervenção correspondia a Penafiel Sul. Na verdade o corpo dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios tinha a sua área de atuação própria inserida no município de Penafiel e correspondia a nove parcelas geográficas constituídas pelas seguintes freguesias contíguas: Rio Mau, S.*



Paio da Portela, S. Miguel de Paredes, Pinheiro e Portela, estas agora agregadas nas Termas de S. Vicente, Sebolido, Canelas, Eja, Rio de Moinhos, Cabeça Santa e a área oriental de Valpedre. Freguesias, estas definidas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, conforme do Dec-Lei 247/2007, de 27 de Junho. A sua atuação fora das áreas referidas, só podia ter lugar em caso de requisição pela entidade competente ou de acordo com a alínea a), n.º 1, artigo n.º 6, do referido Dec-Lei, que dispõem a ANPC, exerce a tutela sobre os corpos de bombeiros e define as áreas de atuação. Ou seja, excecionalmente, a freguesia do Torrão, sempre teve ligada desde a fundação da associação de Entre-os-Rios, ou seja desde 1923, por laços ancestrais, religiosos ou outros que estiveram ligados ao Torrão. Acrescia que mais de 50% dos nossos bombeiros pertencem à freguesia do Torrão. A associação de Entre-os-Rios está situado numa margem do rio Tâmega e a freguesia do Torrão do outro lado da margem, separadas apenas por uma ponte. Quando há incêndios florestais, claro que era esta a corporação que acorre e socorre efetivamente aquela freguesia, mas no que dizia respeito ao transporte de doentes não urgentes, quem assiste e fica com este transporte é a associação do Marco de Canaveses. Era do interesse do município de Penafiel, que tais transportes se façam através de um CB deste concelho, tanto mais, desta forma prestam um melhor serviço bem como angariam meios económicos para se manterem em funcionamentos com equipamentos de proteção individual e recursos adequados. Falavam ali de sustentabilidade da associação. Face ao exposto, e como tal alteração era possível, pedíamos a V. Exa. Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia, que diligenciem no sentido de mantermos no nosso município os transportes de doentes não urgentes da freguesia do Torrão, pelos motivos supra alegados, nomeadamente pela sustentabilidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários por serem imprescindíveis ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, mas também porque, e com toda a certeza, a ARS economizará nos elencados transportes, tendo em conta a proximidade da associação de Entre-os-Rios com a freguesia do Torrão.”-----

----- A senhora deputada Balbina Rocha: Disse que a preparação de um ano letivo devia ser feita com a devida antecedência e com vista à preparação do próximo ano letivo, 2014/2015, gostaria de pedir uma atenção do senhor Presidente para a resolução de um problema de transportes escolares que se verificava com os alunos das freguesias de Sebolido e de Rio Mau. Estas duas freguesias, pertenciam à área de influência do agrupamento de escolas do Pinheiro, o que significava que os alunos dessas freguesias deviam encontra-se a frequentar esta escola do concelho mas isso não estava a acontecer. Sucedia que os alunos destas freguesias eram em número suficiente para que se pudesse constituir uma turma por cada ano de escolaridade, do 5.º ano até ao 12.º ano. O problema era que as freguesias de Sebolido e rio Mau, não tinham meios de transporte público capazes de deslocarem os alunos para o agrupamento de descolas do Pinheiro. Consequentemente, no início de cada ano letivo, os alunos, quase na sua totalidade têm pedido transferência para o agrupamento de escolas de Medas- Gondomar. Pediam transferência porque a escola de Pinheiro não lhes dava transporte adequado e a escola de Medas

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

proporcionava-lhes a esses alunos melhores transportes. A fim de se solucionar aquele desvio escolar que se regista nessa zona do concelho de Penafiel, solicitou ao senhor Presidente que autorizasse e tomasse as providências adequadas no sentido de que os alunos das referidas freguesias do concelho de Penafiel, passassem a ser transportados em carreira especial para o agrupamento de escolas do Pinheiro. Sabiam que aquele serviço especial tinha um custo, mas achava que valia a pena realizar aquele investimento, porque os jovens mereciam o melhor, mereciam poderem a continuar os seus estudos no agrupamento de escolas do Pinheiro e mereciam ser acarinhados pelo concelho de Penafiel. -----

-----Referiu, que na última sessão da Assembleia Municipal, tinha colocado uma questão e agora ia renova-la, que era o pedido que as estradas do sul do concelho, nomeadamente onde decorriam as obras de saneamento, uma vez que as condições climatéricas eram aquilo que todos conheciam, solicitava mais uma vez ao senhor Presidente, que exercesse o seu poder e a sua influência junto aos empreiteiros em causa, no sentido de procederem de uma forma mais célere às obras de correção necessárias a fim de prevenirem acidentes, uma vez que as estradas estavam intransitáveis. -----

----- Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter a votação e deliberação das propostas, moções, os votos de pesar e louvor acima transcritos. -----

----- O voto Louvor e Mérito e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

-----Posto à votação, o voto de Louvor e Mérito foi aprovado por unanimidade. -----

----- Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovados por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insígnis cidadãos. -----

-----Por concordância dos seus proponentes e de toda a Assembleia, as moções subscritas pelos grupos municipais da Coligação "Penafiel Quer e do Partido Socialista, sobre o IC 35, fundiram-se numa só. -----

-----Postas à votação as referidas moções, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----Declaração de voto do senhor deputado Agostinho Gonçalves: disse que a aprovação por unanimidade era a prova de união de esforços de todos para se conseguir fazer alguma coisa. Para dar mais força aquela votação por unanimidade propunha que fosse publicado nos jornais diários, e enviado à tutela essa aprovação por unanimidade para que tivesse o efeito que todos desejavam. Era necessário que estivessem todos unidos para conseguirem ser ouvidos junto à Administração Central. -----

----- 1.º Ponto – Discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 26.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que foi entregue na mesa uma proposta subscrita pelos grupos municipais do Partido Socialista e da coligação "Penafiel Quer", em que tinham

chegado a um consenso em relação aos tempos utilizados pelas bancadas. Posta à votação a referida proposta foi aprovado por unanimidade assua admissibilidade. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Era relevante mencionar e porque tinha decorrido da reunião de trabalho sobre o regimento que o PS gostaria, uma vez que tinha vários jovens que faziam parte do grupo municipal do PS e que tinham começado agora a sua carreira profissional, e se viam com dificuldades para justificar, junto das entidades patronais, a sua ausência do local de trabalho para poderem participar nas sessões da Assembleia Municipal. Disse que era desejável e ideal que não fosse necessário deixar de trabalhar para poderem fazer política da forma que gostavam e fazer. Era desejável que as sessões se realizassem o mais tarde possível, ou ao final da tarde ou à noite, por forma, a que não fosse necessário estarem sempre a recorrer às substituições dos membros.-----

-----Felicitou a Câmara Municipal pela disponibilidade documentação para a Assembleia Municipal estar disponível na net. Disse que já sem tempo que essa ferramenta fosse colocada à disposição dos senhores deputados, pois já estava prometida há muito tempo e para além das questões financeiras e ambientais que advinham da utilização desse portal também era uma questão de comunicação. Solicitou à Câmara Municipal que o *site* se tornasse uma ferramenta mais interativa em que pudessem trocar informações e também os cidadãos que quisessem acompanhar a atividade da Assembleia Municipal a pudessem encontra-la lá. Mais que um mero depositário de documentos fosse uma ferramenta de comunicação. -----

-----Disse que já tinha sido uma reivindicação do Partido Socialista na vereação, e na Assembleia Municipal voltava a fazê-lo, para que a equipa que dava suporte aos órgãos autárquicos fosse reforçada para que os documentos chegassem com tempo para serem estudados devidamente antes das reuniões.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Relativamente às horas em que se realizam as sessões, disse que era uma questão que estava em aberto, o regimento ia ser votado mas podia ser alterado a qualquer altura. Era vontade da mesa que se fizesse algumas experiencias com a hora. Faziam uma sessão ao início da tarde, outra ao final da tarde e outra à noite e depois a partir daí viam qual era o melhor modelo para poderem servir como orientação e regra.-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que na última sessão tinha apresentado uma proposta de alteração ao regimento. Reparou que não tinha sido levada em conta, porque alguns erros de impressão não tinham sido corrigidos e mantinham-se. Propunham que fosse incluído no n.º 1, do artigo 7.º, a alínea d) com a seguinte formulação: "De um grupo municipal no máximo de uma por ano, isto é, que os grupos municipais para além do que está previsto, possam por si, pedir à mesa da Assembleia uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir um assunto importante para o concelho por algum dos grupos com assento na mesma." No ponto n.º 4, com a seguinte formulação: " A convocatória e os documentos serão remetidos pelos serviços da Assembleia para o endereço eletrónico

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

indicado pelos senhores deputados municipais exceto se o mesmo o deputado municipal manifestar por escrito que pretende receber os documentos referidos em suporte de papel e a cada grupo municipal um exemplar em papel para ficar em arquivo futuro para ficar em arquivo." No artigo 19, com a seguinte formulação : "Os documentos referidos no ponto 2 do artigo 16.º, serão disponibilizados aos membros da Assembleia Municipal com uma antecedência mínima de 5 dias úteis." No ponto 1, do artigo 11.º, propunham que: " Qualquer força política tivesse no período antes da ordem do dia o mesmo tempo de intervenção e à Câmara Municipal que seja dado um período substancial maior."-----

----- Posta à votação, a proposta de regimento foi aprovada maioria com uma abstenção e 2 votos contra.---

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Fez uma declaração dizendo que a sua rejeição à proposta apresentada estava consubstanciada no facto de ela lesar de forma inequívoca a forma de expressão nesta assembleia Municipal, sendo que o Presidente da Junta de Freguesia da Eja, socorrer-se-á de todos os procedimentos regimentais ao seu dispor para usar da palavra.-----

-----**2-º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que estava mencionado na informação escrita que no dia 8 tinha acontecido uma reunião do Conselho Municipal da Juventude. Conselho que estava sem regime jurídico, com um regulamento aprovado em 2004. Disse que era um regulamento que ultrapassava e calcava uma Lei que em 18 de Fevereiro de 2009, Lei essa que em Penafiel passava despercebida. -----

Gostava que em informações escritas futuras, mencionasse o número de pessoas tinham estado presentes nas reuniões do Conselho Municipal da Juventude e que pudessem ser disponibilizadas as suas atas. Disse que nessa mesma reunião tinham estado presentes 6 coletividades e foi debatido o guia juvenil relativo à rota do românico, mas todos os problemas que era interessante debater nas reuniões do Conselho não tinha acontecido. Disse que decorria da Lei que os Conselhos Municipais da Juventude eram obrigados a dar um parecer, que não era vinculativo, sobre o Orçamento das autarquias e o Conselho Municipal da Juventude de Penafiel não tinha sido dado qualquer parecer.-----

-----Disse que a Juventude Socialista tinha apresentado uma proposta de regulamento, havia uma concertação com a senhora Vereadora Susana Oliveira e esperava que na próxima sessão da Assembleia Municipal fosse dado a conhecer um novo regulamento, para que o Conselho começasse a funcionar de uma maneira digna e com pelo menos um dos fins para que era proposto, a auscultação da juventude pelas suas coletividades.-----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

----- Quanto à bandeira de ouro, prata e verde da mobilidade em Penafiel devia ser substituída pela bandeira da imobilidade e deu alguns exemplos: se algum cidadão que vivesse no centro da cidade de Penafiel e quisesse fazer um passeio pedonal até à estação do caminho-de-ferro, ao parque da cidade ou até Santa Marta, não conseguia porque a estrada não tinha passeios para que as pessoas pudessem circular em segurança. O mesmo acontecia em algumas freguesias do concelho de Penafiel.-----

-----Em Oldrões estava previsto uma substituição de um abrigo para passageiros, qualquer passageiro de autocarro, nomeadamente alunos das escolas do norte do concelho e que moravam naquelas imediações, sempre que tinham que fazer o percurso de norte para sul e que saíam junto ao largo das Sete Pedras tinham que circular por 30 centímetros de betuminoso correndo o risco de haver serem mais umas vítimas de acidentes na EN 106. Era urgente colocar naquele local alguma infraestrutura para que fosse dada resposta àquele problema. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que na informação do senhor Presidente sobressaía a continuada preocupação ambiental, à formação, à educação, à cultura, ao desporto, à ação social e às acessibilidades. Era importante para a região e através de um recente estudo de uma empresa altamente considerada a nível internacional, a Bloom Consulting, que considerava Penafiel o concelho, em termos da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, para viver e visitar. Aquele estudo só vinha revelar a crescente qualidade de vida do concelho de Penafiel. Apelou à Câmara Municipal que perante os parâmetros avaliados pela referida empresa, devia o executivo consolidar ainda mais o caminho direccionado para o investimento económico. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Relativamente ao parque desportivo da Quinta de Penas, disse que existia uma placa no local que dizia que a obra era da junta de freguesia de Penafiel o que não era verdade mas sim da Câmara Municipal. Informou que essa obra tinha sido lançada no dia 13 de setembro de 2013, entretanto depois do dia 29 de setembro ficou parada. Como havia a preocupação da prática desportiva dos jovens, solicitou que a Câmara Municipal para que desse seguimento àquela obra para dar resposta à população daquela zona habitacional. -----

-----Disse que a escola EB 1 de Covilhô estava a ser beneficiada e ampliada, tinha havido uma redução no orçamento por questões técnicas, mas interessava que tivesse um campo de jogos que interessava reabilitar para que pudesse servir quer os alunos quer à restante população para que pudessem desempenhar a sua prática desportiva. -----

-----No que dizia respeito ao espaço desportivo junto à escola secundária de Penafiel, a zona do passadiço não estava nas melhores condições, força das circunstâncias meteorológicas e do pouco cuidado de algumas pessoas, apelou à Câmara Municipal que interviesse naquela zona para que não houvesse qualquer tipo de problemas de segurança. -----

----- — O senhor deputado José Macedo: Sabendo que as comunicações viárias eram um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma região, alertou para o estado lamentável de alguma

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

principais vias que serviam o concelho de Penafiel. A EN 15 que ligava o Porto a Amarante, principal eixo viário que atravessava o centro da cidade de Penafiel, para além dos constrangimentos que sofria desde a sua génese, gerando inúmeros conflitos de tráfego, penalizando gravemente a qualidade do meio urbano, era um quebra-cabeças para as pessoas que se tinham que deslocar entre Penafiel e Amarante. Acrescia a falta de sinalização e de drenagem nas estradas e existência de passadeiras para peões que não estavam sinalizadas. Era um local de circulação de transportes escolares, onde saíam muitas crianças e sem esse tipo de sinalização tornava-se bastante perigoso. A EN 106, que era a principal eixo de circulação do Vale do Sousa e devida à falta de conservação e à falta de vontade política da não construção do IC35, encontrava-se bastante danificada em toda a sua extensão sendo necessário uma reparação urgente. Era um ponto negro do concelho, onde morriam bastantes pessoas. O troço que ligava Rio de Moinhos a Vila Cova, eixo rodoviário concelhio importante mais parecia uma *picada* do que uma estrada nacional, bem como a estrada municipal que ligava Boelhe a Peroselo. Sendo a Câmara Municipal o órgão executivo colegial do município, que visava a persecução dos interesses próprios da respetiva população (art. 235.º CRP), dos quais, inquestionavelmente, fazia parte a segurança e bem-estar dos cidadãos, o grupo municipal do PS, vinha denunciar a situação das referidas vias, tendo como objetivo que a Câmara Municipal de Penafiel, tomasse conhecimento e de acordo com as suas competências, procurando contribuir para a diminuição do perigo que constitui e que afetava os seus municípios. Apelavam o Executivo que fizesse uma análise contínua das condições de funcionamento da rede viária para que tivesse uma atenção aos transtornos causados à população devido à falta de manutenção da requalificação enumeradas. Deixavam ali o estado de alerta porque a situação atual das vias eram potencializadoras de acidentes gerando prejuízos decorrentes de valores físicos, materiais, e por vezes com o custo das próprias vidas. -----

Relativamente às AECs e ao famigerado concurso que tinha arredado duas pessoas que eventualmente teriam direito, disse que não vinha plasmado na informação escrita uma resposta cabal a essa situação. Reiterou o que tinha dito na sessão anterior, que nesse concurso continuava a existir ilegalidades e se as pessoas no futuro irem para outros órgãos a Câmara Municipal sairá prejudicada, porque existiam não critérios na seleção das pessoas. Alertou para a justiça nos critérios de seleção. -----

----- O senhor deputado Joaquim Silva: Perguntou se as obras que estavam a decorrer pelo emissário do Cavalum e Sousa se iam ser concluídas dentro do prazo previsto e se havia alguém da Câmara Municipal de Penafiel a acompanhar na zona de intervenção que passava nas vias públicas. Havia alguns locais onde tinham atravessado em que a via não estava salvaguardada para os seus utilizadores.

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua condição de cidadão Penafidense, pelo prémio que justamente tinha recebido, atribuído pelo jornal VERIS, no meio de um leque muito alargado de personalidade também de dimensão nacional, e tinham sido o senhor Presidente da Assembleia Municipal que tinha sido reconhecido e

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

nomeado. Felicitou também, não na condição de cidadão mas sim na condição de seu antecessor, anterior Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, porque se todos tinham tido um gosto muito grande e uma ponta de vaidade que os resultados que o estudo da Bloom Consulting, entidade externa e independente, tinham colocado o concelho de Penafiel o melhor da região do Tâmega e Sousa, um dos melhores do norte do país à frente de muitos concelhos que integravam a área metropolitana do Porto. Se isso tinha acontecido, devia-se ao muito trabalho que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, enquanto Presidente da Câmara Municipal, com a equipa que liderou, produziu, pelo concelho de Penafiel com as políticas, pelas políticas que promoveu e concretizou, nem sempre compreendidas, mas que começavam em muitos domínios a serem evidenciadas e a serem reconhecidas por entidades, como a essa, que era especializada em estudo da qualidade de vida dos municípios. -----

-----Saudou a Assembleia Municipal pelo facto de ter aprovado por unanimidade as moções sobre o tema do IC 35. Era importante que em temas que eram transversais e de importância para todo o concelho, houvesse essa capacidade de entendimento entre os atores partidários para que pudessem falar a uma só voz. Era muito mais forte a voz do município quando ela tinha, a sustentar a sua posição o consenso das bancadas, de toda a sociedade penafidelense. Disse que o estudo agora conhecido, não tinha concluído nos termos que todos gostariam e desejariam que tivesse concluído. Estudo esse que não tinha priorizado o IC 35 da forma que todos desejariam que tivesse sido priorizado. Por todos os argumentos conhecidos e bem plasmados nas moções que tinham ali discutido e aprovado e também na Câmara Municipal tinham tido ocasião de aprovar. Disse que, mal esse estudo tinha sido público, imediatamente tomou posição relativamente a esse assunto e de imediato deu nota de qual era a posição sobre as conclusões desse mesmo estudo, do descontentamento e do inconformismo quanto a esses resultados. Deu nota, que tinha tido ocasião de ter estado numa reunião em que esteve presente o senhor Ministro do Desenvolvimento Regional e em que o tema tinha sido abordado, na perspectiva do próximo quadro comunitário de apoio e das possibilidades que daí poderão advir para essa intervenção. Esteve numa outra reunião de trabalho, onde esteve presente o senhor Ministro da Economia onde o tema tinha sido, também, abordado e em que o inconformismo relativamente às conclusões do estudo tinha sido tornado público. Não tinha estado de facto no encontro promovido pelo grupo de trabalho na Exponor, porque tinha sido numa das tardes onde teve sucessivas reuniões com os senhores presidentes de Junta de Freguesia, para tratar da questão dos Acordos de Execução e por isso não tinha sido possível estar presente no encontro que decorreu na Exponor, mas a CIM tinha estado presente, representada através do senhor Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses que tinha ido manifestar o seu descontentamento pelo facto de o grupo de trabalho não ter estado no território como devia, e concretamente na Comunidade Intermunicipal para tratar do assunto. A CIM, tinha já, feito seguir uma missiva, dirigida ao senhor Primeiro-ministro, que no essencial colocava os argumentos que estava já referido nas moções e que eram do conhecimento público. Que essa mesma entidade, durante o período

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

de inquérito público que estava a decorrer, ia apresentar uma reclamação e a Câmara Municipal de Penafiel, nesse período ia também apresentar uma reclamação. Disse que tinha estado presente numa reunião em Penafiel, com os senhores deputados do PSD do distrito do Porto, reunião, essa para a qual tinha sido convidado e participado com total empenho e que também, das reflexões que ali tinham sido produzidas, tinha resultado a decisão de ser formalizado pelo grupo do deputados do PSD do distrito do Porto, uma reclamação no período de inquérito público. Disse que estavam a fazer tudo aquilo que era possível fazer em cada momento, do ponto de vista institucional para defenderem os seus pontos de vista relativamente à questão do IC 35, questão que era do consenso de toda a comunidade penafidelense, e era nesse consenso que ela devia continuar para que fosse bem-sucedida no anseio de todos. -----

-----Relativamente à necessidade de se promover um arranjo na envolvente da escola EB 2/3 de Marecos, disse que a Câmara tinha feito uma intervenção recentemente na zona envolvente à escola Joaquim Araújo para melhorar as acessibilidades, e agora ia ter em conta, essa necessidade que existia na EB 2/3 de Marecos de se fazer uma intervenção de requalificação de toda aquela área. -----

-----Quanto o aterro sanitário de Penafiel, disse que era um aterro que quando tinha sido construído e concebido para um determinado prazo de validade, mas também era verdade que as coisas tinham mudado e o mundo tinha evoluído nos últimos anos. Os mecanismos de compactação que existiam atualmente e não existiam à época, tinham permitido que a duração do equipamento se tivesse prolongado. Além disso, entretanto tinha sido construído um novo alvéolo, que permitiu aumentar a capacidade do aterro. Disse que tudo aquilo estava a ser feito com o maior rigor, era fiscalizada como muita proximidade e muito rigor. Referiu que integrava o Conselho de Administração da Ambisousa, entidade que fazia a gestão dos equipamentos multimunicipais na área do ambiente, e por isso sabia que havia um permanente acompanhamento dessas questões, quer por técnicos e peritos da CCDR, quer por outras entidades de fiscalização. Naquele momento o aterro sanitário de Penafiel estava a funcionar bem, não só no domínio do tratamento dos resíduos que fazia de forma exemplar, mas também porque entretanto, fruto de intervenções físicas que tinham ocorrido no local, quer a questão dos lixideados que estava ultrapassada, quer a questão do biogás que estava a produzir permanentemente eletricidade e, brevemente seriam colocados painéis fotovoltaicos para que se produzisse energia limpa através desse equipamento. Era um equipamento que a todos devia orgulhar porque funcionava em termos exemplares. Disse que gostava que pudessem organizar e promover uma visita ao aterro sanitário de Penafiel para todos os senhores deputados municipais, no intuito de ficarem a saber e conhecer com detalhe tudo o que lá se fazia. -----

-----Relativamente a EN 115, no troço Penafiel a Amarante, disse que de facto essa estrada estava numa situação de degradação, apesar do esforço que tem existido da parte da Penafiel Verde EM, ir permanentemente cuidado de atenuar os efeitos que a colocação das infraestruturas de água e saneamento têm implicado, o mau tempo que neste inverno tem sido intenso, mas essa questão estava a

muito breve de ser resolvida. Sublinhou o trabalho e o cuidado que a Penafiel Verde EM, tinha tido no planeamento da colocação das infraestruturas de saneamento naquela estrada, a forma célere que tinha feito e permitiu que a obra ia ter um desenrolar e desenvolver de Amarante para Penafiel, que no mês de abril ia iniciar-se em território de Penafiel, porque tinham conseguido de forma célere colocar as infraestruturas e ganhar com isso muito tempo relativamente ao que estava planeado e projetado na execução da obra.

-----Todos sabiam a importância que tinham as corporações de bombeiros e a consideração que tinham por todos aqueles que de forma voluntária se dedicavam a servir através das associações humanitárias de bombeiros e por isso iam naturalmente desenvolver todas as diligências para que a situação referida pela senhora deputada Filomena Pereira, do transporte dos doentes do Torrão pudesse ser feita pelos bombeiros de Entre-os-Rios. Iam comunicar às entidades que tutelavam aquela área para que essa correção pudesse ser efetuada.

-----No que concerne ao transporte dos alunos de Rio Mau e Sebolido para a escola do Pinheiro, disse que sabiam que dificilmente conseguiriam concorrer com o fluxo que se fazia dessas freguesias em relação ao Porto de 5 em 5 minutos, mas tem vindo a ser feito um trabalho ao longo dos anos de melhoria ligação dessas freguesias do sul concelho à sede do agrupamento de Pinheiro, para que esse alunos penafidenses pudesse frequentar tal como os demais as escolas do concelho.

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que o senhor Presidente esqueceu-se de responder às suas questões colocadas sobre o Concelho Municipal da Juventude e do seu regulamento e era importante esclarecer essa questão. Era importante que ficasse registado algum compromisso por parte do senhor Presidente da Câmara.

-----Era importante que, também ficasse ali registado e perante o senhor Presidente da junta de freguesia de Oldrões o compromisso, por parte da Câmara Municipal em como ia ser resolvido, o mais rapidamente possível, o problema grave da paragem de autocarros no alto das Sete Pedras em que colocava em risco as crianças, jovens e não jovens de Oldrões.

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oldrões: Disse que a obra referida pelo senhor deputado Luís Guimarães era realmente urgente e necessária. Esclareceu que já existia projeto para a obra, já tinham acordo com os proprietários dos terrenos e já tinha em sua posse o parecer das Estradas de Portugal.

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que tinha tomado nota de todas as questões referidas, para que elas fossem levadas em devida conta em circunstâncias concretas como era o caso do Conselho Municipal da juventude.

-----**3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel à APADIMP – Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para**

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014**Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que esta iniciativa que era levada a cabo pelo município de Penafiel dignificava e prestigiava um conjunto de entidades e personalidades relevantes da comunidade de Penafiel. -----

-----Relativamente às medalhas douradas, disse que mesmo que elas não fossem aprovadas pela Assembleia Municipal, era dever daquele órgão fiscalizar a atividade que era levada pela Câmara Municipal. Disse que tinham tido acesso, pelo Executivo, às propostas feitas onde era elencado um conjunto de associações de cariz social para receber as medalhas douradas. Perguntou quais os critérios que tinham sido utilizados para a atribuição das referidas medalhas e porque tinham sido escolhidas essas associações e não outras. Disse que a sua questão prendia-se pelo facto de que na altura os senhores vereadores do PS tinham dado o exemplo de uma instituição, a Associação para o Desenvolvimento de Rio Mau, que cumpria todos os requisitos, inclusive cumpria com argumento utilizado da idade da existência dessa associação, mas o que era certo é que a mesma não aparecia na listagem para atribuição da medalha dourada com concelho. Disse que havia ali um desvio qualquer de um mérito de atribuição ou não atribuição da medalha àquela instituição. Disse que tinha dado o exemplo daquela associação porque a conhecia com algum rigor mas porventura podiam existir outras no concelho nas mesmas condições. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que tinham a sorte, de terem no concelho de Penafiel uma excelente rede social que tem sido uma verdadeira almofada social nestes tempos difíceis em que todos vivem. Se tem sido menos difícil para alguns dos concidadãos devia-se às IPSS's do concelho. Este 3 de Março, quiseram-no dedicar á área social e quiseram homenagear aquele que tem tido esse trabalho absolutamente notável no concelho de Penafiel ao lado do mais fragilizados para que se sentissem menos fragilizados nos tempos difíceis que estavam a viver. É claro, se pudessem atribuiriam a medalha a todas as instituições do concelho, mas isso não era bom para ninguém, na medida em que não contribuiria para manter o prestígio que as medalhas honoríficas tem tido e deviam continuar a ter e não seria bom também, para as instituições na medida que colocaria todas no mesmo patamar e todos sabiam que não eram todas iguais, tinham realidades diferentes. Sabiam que havia instituições que não viram a ser-lhes atribuída a medalha de mérito municipal dourada, e que tinham um trabalho fantástico desenvolvido mas tinham que ter critérios objetivos e esse que o senhor deputado Nuno Araújo tinha referido tinha sido um deles. A instituição tivesse pelo menos 15 de vida. 15 anos porque achavam que tinha que haver um percurso, um curriculum que mostrasse que era uma instituição, uma instituição já com uma suficiente solidez para que no futuro uma instituição de *vão de escada* tivesse a medalha de mérito do município de depois fechasse portas. Daí terem estabelecido o

referencial dos 15 anos. Disse que a informação que tinha, e tinha-a como boa, uma vez que foi prestada pela rede social, era que essa instituição não tinha completado os 15 anos porque em reação ao trabalho desenvolvido, conhecia-o bem e sabia que era positivo e se não achasse que assim era, não tinha proposto, no anterior mandato, que fosse protocolado a cedência das escolas de Rio Mau precisamente a essa instituição. Não tinha qualquer dúvida quanto ao trabalho de excelência que essa instituição estava a fazer nessa zona do concelho. Deixou claro, se porventura houver alguma falha, se for o caso de terem cometido alguma imprudência, garantia-lhe, que na próxima reunião da Câmara Municipal, apresentaria uma proposta para que a Associação para o Desenvolvimento de Rio Mau recebesse também a medalha de mérito municipal dourada, tal qual as outras instituições que iam homenagear no próximo dia 3 de março.

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que a Associação para o Desenvolvimento de Rio Mau tinha sido criada em 1996. Por ventura deverá haver mesmo um erro dos serviços que tinham feito essa recolha. -

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.

----- **4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel à Casa do Gaiato de Paço de Sousa, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel, a José Alberto Nunes Ferreira Gomes, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel ao Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao**

abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel Manuel Mário Ferraz da Veiga Ferreira, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 06 de fevereiro de 2014.-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos dos art.ºs 5 e 6 do Decreto –Lei 7/2003 de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, por proposta da Câmara Municipal.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Filomena Pereira: Disse que tinha a honra de fazer parte do Conselho Municipal de Educação, na qualidade de Presidente da Associação de Pais do Agrupamento do Pinheiro, juntamente com o Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Penafiel. Deu nota de que os Conselhos Municipais de Educação tinham sido criados pelo Dec-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, sendo certo que no seu artigo 4.º, onde eram referidas as competências, dia na sua alínea c) “ *Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.*” Ora, deu conta, e simultaneamente felicitar a comunidade escolar do Agrupamento do Pinheiro, em especial a senhora diretora Drª Luisa Coelho e a chefe administrativa D. Balbina Rocha pela assinatura do contrato de autonomia com o Ministério da Educação, sendo certo que tal contrato ia permitir a essa escola passar a gozar de uma maior flexibilidade curricular ao serviço do sucesso dos seus alunos e uma maior liberdade curricular. As escolas com contrato de autonomia com os Estado podiam gerir de forma flexível, à exceção de português e matemática, a carga horária e a distribuição das disciplinas que podiam ser alocadas em anos diferentes ao longo do ciclo de estudo e criar novas disciplinas e atividades escolares. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento Público de Água e Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Penafiel Verde, E.M, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que a proposta de um novo Regulamento dos Serviços de Água e Saneamento é de louvar, relevando neste caso a sua submissão a Apreciação Pública de que resultaram mais de 3 dezenas de alterações ao clausulado, de que resulta o documento agora em apreciação. Merecia especial atenção uma norma inicialmente prevista e alterada neste percurso que era a da Obrigatoriedade de ligação às redes, penalizada com coima se não concretizada e que saia de obrigação para usufrutuário e arrendatários, mantendo-se para os proprietários.-----

-----Disse que era necessário ter muita cautela com esta obrigatoriedade sobretudo no que se referia ao saneamento em que ao contrario do abastecimento de água poderia exigir obras vultuosas para ser cumprido sempre que as fossa séptica estivesse nas traseiras dos edifícios ou em cotas inferiores.

-----Deixavam o alerta para a moderação na aplicação desta exigência constante dos artºs 16 e 49 do Regulamento.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **11.º Ponto — Conhecimento da proposta da Câmara Municipal de atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Penafiel – 2014.**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Acordos de Execução a celebrar com as Freguesias – artigo 133.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota que o Partido Socialista tinha introduzido neste ponto uma proposta com o seguinte teor:-----

----- *"PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO MUNICIPAL*-----

----- *Exmo. Senhor Presidente*-----

----- *O Regimento da Assembleia Municipal na secção II, artigo n.º 14, ponto n.º2 alínea c) prevê que este órgão pode, caso o pretenda, deliberar a constituição de Comissões para estudo de problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia.*-----

----- *Estas Comissões correspondem à criação de grupos de trabalho em função de matérias relevantes e do interesse do Município, que reúnem para lá do funcionamento do plenário, e às quais compete apreciar e acompanhar as matérias que presidiram à sua constituição e os demais assuntos que lhes sejam encaminhados pelo Presidente da Assembleia.*-----

----- *Como é do conhecimento geral o processo de delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia decorrente da publicação da Lei 75/2013, em 12 de Setembro, modificou substancialmente as regras de funcionamento das autarquias locais. Em particular, esta Lei aumentou significativamente as competências das Juntas de Freguesia, embora remeta para uma fase posterior a definição da forma*

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

dessas delegações. Esta é uma reforma que pode ter grande impacto no funcionamento da Câmara e das Juntas de Freguesia e que pode, se bem desenhada, ter implicações positivas na vida dos cidadãos - sendo, por exemplo, possível que atividades da esfera municipal passem para a responsabilidade das Juntas de Freguesia, como é o caso da recolha de resíduos sólidos, manutenção de espaços verdes, gestão de mercados, gestão da floresta, etc.-----

-----Nesse sentido, seria natural que um processo desta dimensão fosse precedido de um largo debate por parte dos diferentes órgãos autárquicos.-----

-----No entanto, como é sabido a Câmara Municipal de Penafiel limitou-se a reunir e muito bem com as juntas de freguesia excluindo do processo os Vereadores sem Pelouro, a Assembleia Municipal e as Assembleias de Freguesia. Neste sentido esta importante reforma está a ser levada a cabo sem a participação que o Partido socialista entende como a mais útil e desejável.-----

-----Evidência que não é contrariada pelo facto dos contratos de delegação de competências virem a ser ratificados pela Assembleias Municipal e de Freguesia, dado que, no entender do Partido Socialista, o que verdadeiramente importa, é envolver estes órgãos não se limitando a ratificar documentos previamente negociados e fechados.-----

-----Aliás, esta forma de atuação estaria de acordo com as recentes posições do Presidente de Câmara e respetiva vereação e do Presidente da Assembleia, quando afirmaram, em diferentes contextos e relativamente ao recente estudo efetuado sobre as infraestruturas do país e em concreto sobre o IC 35, que os responsáveis pelo mesmo, não tinham ouvido nem tido em conta as estruturas locais.-----

-----Assim o Grupo Municipal do Partido Socialista em reunião do dia 28 de Fevereiro de 2014, propõe à digníssima Assembleia a criação de uma comissão municipal denominada "Comissão de estudo e elaboração de proposta para a delegação de competências às freguesias " que envolva representantes de todos os partidos e de todas as estruturas: Vereação, Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e Assembleia de freguesia, bem como outras entidades que sejam entendidas como relevantes, contribuindo para uma efetiva delegação de competências que, acompanhada pela transferência de meios financeiros e técnicos, permita servir melhor as populações. Só assim estarão a ser concretizados os nobres e modernos princípios da participação, da transparência e da defesa do interesse público que devem nortear toda a atividade Municipal."-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Sublinhou o trabalho responsável e empenhado de todos os senhores Presidentes da Junta de Freguesia, sem exceção tinham colocado na resolução daquele tema que era novo para todos, porque as novidades resultavam da Lei que tinha entrado em vigor em setembro do ano passado. Uma Lei que era assumida por todos os atores da vida autárquica como uma Lei muito complexa e que tem vindo a criar uma série de constrangimentos aos municípios e às freguesias após a sua tomada de posse e a sua entrada em funções. Em Penafiel tinham procurado fazer esse trabalho, sempre em sintonia com os senhores Presidentes de junta de Freguesia, tinham a par

e passo colocado os senhores Presidentes de Junta do que estava a correr, do trabalho que iam desenvolvendo, das formações que informações que os serviços técnicos iam recolhendo para poderem resolver esta questão, porque sabiam da dificuldade que as Juntas de Freguesias estavam a viver em termos financeiros. Era óbvio que era importante ter um bom contrato de execução, era bom que estes acordos de execução cumprissem escrupulosamente a Lei e vão ao encontro das expectativas das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, mas naquele momento não era possível ter um documento com essa capacidade de agradar a todos e sobretudo de satisfazer a todos no convencimento que estavam a cumprir rigorosamente a Lei. Mas os senhores Presidentes de Junta não podiam ver as suas dificuldades financeiras aumentar e por isso decidiram acordar num modelo de contrato de modelo de acordo de execução, que ainda que não dê a absoluta certeza de estarem a fazer o acordo rigorosamente como a Lei previa e pretendia mas que permitia naquele momento resolver e começar a transferir para as Juntas de Freguesia as verbas inerentes às competências que tinham delegado. Disse sempre aos senhores Presidentes de Juntas que ainda este ano, tinham que rever aquele documento. Assumiu desde sempre que iam já celebrar o acordo porque era urgente fazê-lo, mas iam ter em atenção a necessidade que ele ia ter de ser revisto até ao final do ano. No que dizia respeito à questão financeira disse que o protocolo ia ser para 10 meses apenas, mas iam alocar a mesma verba de todo o ano correspondente a todo o ano de 2013, porque tinham assumido que não queriam fazer refletir nos orçamentos da Juntas de Freguesia, os cortes que tinham sofrido e sentido no orçamento municipal, mas se no próximo ano se as condições financeiras permitirem manter o mesmo valor ele seria para os 12 meses do ano. Com clareza, franqueza e frontalidade, tinha sido assim que tinha tratado e, pensava, que todos estavam de acordo com o que tinha acabado de dizer. -----

-----Disse que o PS tinha apresentado uma proposta que na verdade implicava um tal número de atores a discutir o tema que parecia-lhe que tamanha carga de gente a dar palpites e conselhos o mais provável era não chegarem a consenso nenhum. O que se atrevia ali a sugerir era que, porque exatamente o que achavam que devia acontecer, era que se devia fazer aquela reflexão até ao final do ano para que no próximo ano, os acordos de execução tivessem já uma roupagem mais dizente com o novo modelo, mas que se fizesse com uma equipa que fosse eficiente e funcional. Sugerir os líderes das bancadas e as Juntas de Freguesia deviam estar presentes, mas era uma questão que se devia trabalhar, afinar e consensualizar melhor. Disse que a proposta do PS a ser aprovada ia gerar uma confusão de interlocutores que parecia-lhe que ia dificultar mais do que ajudar a resolver, e o que todos queriam era de facto melhor o documento apresentado hoje, sendo que este tinha implicado um trabalho de base e de bastidores muito significativo e que sempre assumiram que tinha que ser melhorado. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que deveria haver algum equívoco na forma como o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha interpretado a proposta do PS. Referiu que o Partido Socialista tinha votado a favor deste acordo de execução e ia fazê-lo na Assembleia Municipal, mas o PS

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

tinha avançado com esta proposta que achavam que era mais construtiva, com a abordagem que tinham dado ao tema, propondo uma comissão, não estava fechada a forma como podia ser constituída, apenas enumeraram alguns agentes que consideravam importante participar nessa discussão. Haverá liberdade dos grupos municipais, do Executivo da Câmara e do Presidente da Assembleia intervirem no processo desde que ela aconteça. Disse que a proposta acordo de execução apresentada pelo senhor Presidente da Câmara não tinha envolvido os senhores vereadores do PS nessa matéria, apenas chamou os senhores Presidentes das Juntas e discutiu questões financeiras. Disse que o acordo de execução ia transferir o dinheiro para a Juntas, naquela fase era o mais importante porque todos queriam ver aquele problema resolvido. O senhor Presidente dizia na proposta apresentada que " *a concretização da delegação de competências tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestado às populações*", até ali estavam todos de acordo, mas o que para o PS e que vinha a defender ao longo dos últimos anos era que, para além da dotação financeira, era mais competências para a Juntas de Freguesia, porque hoje fazia mais sentido do que nunca, porque as competências que o acordo transferia, limpeza de vias, reparação e substituição lâmpadas, substituição de fechaduras, torneiras, reparação de puxadores e manutenção de espaços, em nada contribuía para os objetivos que constavam do acordo e da Lei. Disse que o senhor Presidente tinha ali a oportunidade de se distanciar daquilo que era o modelo de gestão do passado, que era de reduzir verbas, asfixiar as Juntas de Freguesia e por ventura construir um modelo de relacionamento entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal que fosse de acordo do que eram as pretensões. Todos concordavam que as Juntas tinham melhores condições para gerirem determinado tipo de equipamento e resolver determinado tipo de problemas porque estava mais próximas das pessoas. -----

-----Disse que já há algum tempo tinham tido uma organização administrativa do território, a junção das freguesias tinham acontecido e esse aspeto muito importante era ignorado por completo, porque não era só somarem-se as verbas, havia juntas que eram realidades distintas no momento atual. Por ventura tinham capacidade para gerirem certo tipo de situações de forma diferente, e com maior eficácia do que a Câmara Municipal. -----

----- — O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Dado que este ano o assunto estava resolvido a mesa propunha que se podia criar naquele momento um grupo informal para tratar do assunto, a partir da proposta apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista, e na próxima sessão da Assembleia Municipal já devidamente amadurecido, voltar para que fosse aprovado. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o mais importante era o conteúdo e menos a forma da constituição de comissão nesta fase inicial, se o senhor Presidente quiser dar outra forma informal nesta fase, para poderem ver que modelo podia ser constituído, para que pudessem trabalhar o tema, não via qualquer tipo de problema ou inconveniente, desde que saísse daquela sessão uma

orientação de um grupo informal, uma vez que o tempo começava a ser escasso para ser preparado devidamente as competências e as transferências.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Propunha que se fizesse uma reunião antes da próxima sessão da Assembleia Municipal, com a presença dos partidos, no sentido de amadurecer uma proposta, e depois ela vai evoluindo e amadurecendo até á próxima Assembleia Municipal se ela estiver efetivamente madura. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô: Relativamente à proposta do PS disse que primeiro tinham que perguntar aos senhores Presidentes de junta de Freguesia se concordavam com aquele modelo ou se queriam outro. Disse que nenhum deles era incompetente, nem precisavam de tutores para saberem aquilo que queriam. -----

----- Saudou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, pela forma elevada, digna e transparente que teve ao lidar com todo aquele processo. Recordou que quando a Assembleia tinha aprovado o PPI e Orçamento para 2014, tinha sido aprovado por unanimidade por todos os senhores presidentes de Juntas de Freguesia. Logo ai tinha ficado o compromisso com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia no que dizia respeito às transferências das verbas. Com a alteração da lei, que tinha impossibilitado que a Câmara Municipal renovasse automaticamente esse mesmo protocolo e que não pudesse fazer as respetivas transferências de Janeiro e Fevereiro, e como as Juntas de Freguesia faziam os seus orçamentos baseado nas verbas que pensavam arrecadar no ano, o dinheirão do mês de Janeiro e Fevereiro fazia falta para cumprir com os compromissos assumidos e para poderem continuar a prestar os serviços às populações que estavam protocolados com a Câmara Municipal. Salientou a atenção que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha tido com os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, promovendo uma reunião em que os tinha descansado dizendo-lhes que o dinheiro que estava acordado e que no Orçamento que iria ser na íntegra, nos 10 meses que faltavam do ano, transferidos para as Juntas de Freguesia. Ali, o senhor Presidente da Câmara, podia ter aproveitado e dizer que como a Câmara tinha sofrido um corte de 600 mil euros, só podia pagar 10 meses, mas não, tinha sido honesto e leal, cumprindo a palavra dada aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Por isso estavam ali hoje em condições de aprovar o acordo de execução apresentado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Em nome da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara pela sua lealdade e pensava que essa lealdade lhes era reconhecida pelos Presidentes de Junta de Freguesia, principalmente por aqueles que estavam na política pela sua freguesia e pelo seu povo.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que a proposta não tinha nada de paternalista face aos Presidentes de Junta. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô foi eleito e defenderia os interesses de sua população como achava melhor. Explicou que não queria que a proposta fosse generalizada mas sim que fosse estudado freguesia a freguesia e ver aquelas que por ventura, queriam a descentralização de competências, mais dinheiro, mais funcionários e mais meios. O PS

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

enquanto grupo, onde tinha integrado um conjunto de Presidentes de Junta, tinham Presidentes que queriam mais competências, mais responsabilidades porque achavam que assim podiam melhor servir as suas populações e por isso é que tinham apresentado aquela proposta. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Sabiam que havia Juntas Freguesias tinham apenas um ou dois trabalhadores, perguntou como é que a Câmara Municipal estava pensar em afetar recursos humanos para a execução daquele protocolo com as Juntas de Freguesia. E se a Câmara estava a elaborar algum plano para cumprir com a legislação. -----

----- O senhor deputado Belmiro Barbosa: Disse que havia ali dois órgãos autárquicos, que eram as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, e essas entidades eram intendentas. As Juntas de Freguesia eram um entidade própria e havia delegações de competências que por força da Lei eram atribuídas diretamente às Juntas e havia outras competências que podiam ser atribuídas pela Câmara assim as Juntas o quisessem, e sendo assim, a comissão que o PS estava a tentar criar não fazia qualquer sentido, porque cada uma das Juntas é que sabiam o que pretendiam com a Câmara e aqueles dois órgãos entre si podiam fazer protocolos de legação de competências. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que tinham verificado que tinham uma nova Lei que era preciso interpreta-la e sobretudo esperar que ela fosse melhor densificada através de alguma legislação que ainda faltava, tinham que a compreender no seu todo e criar já a comissão teria dificuldade em ter objetividade nas diligências que fosse tomar. Dado o debate, tinham tomado consciência de todas as novidade que existiam para a atividade autárquica e tendo em conta a disponibilidade quer do senhor Presidente da Câmara, quer do grupo subscritor, na pessoa do seu líder, que tinham mostrado abertura para poderem fazer uma apreciação mais serena dessa questão e para evoluírem para ver se na próxima sessão da Assembleia Municipal tinham algo mais concreto para poderem apresenta à Assembleia, depois de um debate prévio entre as forças partidárias, julgava que era esse o caminho mais prudente face a essa circunstância. Com a anuência do proponente, fariam uma reunião no entretanto e depois logo veriam se havia caminho ou não e se eventualmente não se chegasse a nenhuma conclusão e se o PS entender que deverá manter a proposta ou outra diferente, naturalmente que a Assembleia estava disponível para o fazer. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **13.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da proposta do Projeto de Regulamento de Alienação de Lotes da Zona Empresarial/Industrial de Recesinhos, nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- Declaração de voto do senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o PS já tinha abordado aquele tema na sessão anterior, e achava que alguns dos problemas permaneciam e transitavam naquela proposta. Relativamente aos critérios que estavam elencados na proposta, a Câmara Municipal poderia

equacionar pondera-los, porque elencava uma dezena de critérios mas não havia uma ponderação, qual o peso que cada uma tinha. Disse que daí podia-se retirar um pouco da estratégia que não estava escrita na proposta e se estivessem ponderados tinham uma ideia do que a Câmara pretendia para o espaço e não deixava ao livre arbítrio da Câmara Municipal dessas escolhas. Por outro lado, gostavam de saber se já havia empresas que tinham mostrado interesse em ocupar esse espaço para perceberem a dinâmica que estava a decorrer naquela zona. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

-----14.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de proposta de projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação de Estacionamento nos termos da alínea b), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que o assunto em apreciação era um Regulamento muito importante para quem vivia, exercia atividade profissional ou simplesmente necessitava de circular na cidade de Penafiel, pese ser apresentado como um Regulamento para todo o Município, já que o grosso das suas normas são para o Centro da Cidade. A primeira questão que se nos colocava foi: Qual a razão para existência do Regulamento Proposto?-----

-----As divulgas e expressas na nota justificativa eram: Dispersão Regulamentar; Novo Código da Estrada que definiu "Zonas de Coexistência. E diversas razões avulsas, sem significado, como o aumento de tráfego (que não tem existido) e novas vias. -----

-----Na opinião do PS, a razão daquele Regulamento, foi sobretudo a inatenção de nova alteração às "Zonas de estacionamento de Duração Limitada e a implementação de Zonas de "Cartão de Residente" chamadas de Mistas. Foram estas as razões na base do ponto em discussão no ver do Grupo municipal do Partido Socialista.-----

-----Disse que tinham detetado no mínimo 5 falhas no regulamento: 1 - Descrição de Lei habilitante.

----- A 2ª mais importante logo a seguir á que dá competência regulamentar ao Municípios seria o Código da Estrada que não constava como habilitante mas em todo o articulado era definida como "Lei mãe" em terminologia corrente. Teria havido lapso ao mencionar a lei 73/13 em lugar do Código da Estrada, Lei 72/13; 2- O artº 55 na al 2-menciona que as zonas de Estacionamento Duração Limitada estava num Anexo desconhecido porque não indicado. Menciona também o anexo 4 que terá a representação Gráfica sempre falível e impercetível ao cidadão comum; 3 -A atualização anual das taxas pela Inflação é impraticável como à frente explicitarei; 4 - É ilegal em nosso entender a definição das taxas no artº 2º do Anexo 3 por não se conformar como é obrigatório por Lei a períodos de taxaço inferiores a 15 minutos, impraticáveis na redação dada do valor mínimo de Vinte Cêntimos. Esta questão foi já por mim colocada quando do atual regulamento de Est. Duração Limitada e tabela de taxas, sabendo que o resolveram por aplicação de taxa no período, inferior á deliberada o que concedemos

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

beneficia o utente. Mas o Órgão competente para aprovar as taxas propostas é a AM e a aplicação de taxas inferiores às deliberadas poderão dar responsabilidade financeira a quem as decida no caso o senhor Presidente da CM ou os serviços operacionais. O Dec-Lei 81/2006 de 20 de Abril é claríssimo na taxação em períodos inferiores a 15 min e para melhor esclarecimento passo a ler na integra o nº3 do art 12 sobre o assunto " à nula e qualquer convenção ou disposição que por qualquer forma contrarie, limite ou restrinja o disposto nos números anteriores" que definem os períodos máximos de taxação conforme atrás mencionado; 5 - e ultimo: não foi regulamento nos termos dos artºs 117 e 118 do CPA submetido a auscultação pública que pelo facto de implicar custos, era exigível como o foi o regulamento aprovado no ponto 10 da agenda.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 16 abstenção. --

-----**15.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta de Contrato Administrativo a celebrar entre o Município de Penafiel e a Junta de Freguesia de Rio Mau, para efeitos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de janeiro.**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **16.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato de Aquisição de Serviços – Prestação de Serviços para a função de Auditor Externo, para efeito do estipulado no n.º 2 do artigo 48.º da Lei 2/2007.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que aquela proposta na prática traduzia o processo de contratação para validação da Câmara Municipal de serviços de audição externa. Ora se tinham que aprovar a adjudicação daquele documento, também tinham que ter apreciado as condições em que essa contratação tinha sido definida à partida. Por esse motivo, o grupo municipal do Partido Socialista não podia votar favoravelmente aquele ponto. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 14 abstenção.

17.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da decisão de adjudicação e autorização de celebração do contrato, de acordo com o artigo 125.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, - Concurso Público para a "CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE NA RUA D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES - PENAFIEL "), e em conformidade com o disposto na al.ª p), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à concorrente Isabel da Silva Barbosa, no valor de €105,00 (Cento e Cinco Euros), de renda mensal, por um período de 20 anos. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

18.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento Municipal da Medida de Comparticipação nas Despesas com Medicamentos para Crianças e Jovens, aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal (deliberação n.º 39 de 2013-11-21), nos termos da al. k), do n.º 1 do art.º 33, da al. g) do n.º 1 do art.º 25 Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que o grupo municipal do Partido Socialista, ficava sempre muito satisfeito quando algumas propostas eram acauteladas, havia atenção e depois eram dadas como positivas pela parte do Executivo. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

19.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento Municipal da Comparticipação nas Despesas com Medicamentos para Municípios Portadores de Doença Mental, aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal (deliberação n.º 38, de 2013-11-21), nos termos da al. g) do n.º 1 do art.º 25 Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

20.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal (deliberação n.º 40 de 2013-11-21) nos termos da al. g) do n.º 1 do art.º 25 do Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

21.º — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação para Prestação de Serviços para a função de Auditor Externo, a Santos Vaz & Trigo Morais e Associados, SROC, Lda., nos termos do disposto do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 14 abstenções.

22.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 100.000€, para o corrente ano de 2014, para o efeito da al c), do n.º 1 do art.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

Ata Sessão Ordinária 28-02-2014

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que estavam no segundo mês do ano, e estavam com a primeira do PPI, no montante de 100.000€, que se percebia pela inserção de um projeto novo; não se percebia era porque esse mesmo projeto não constava do orçamento aprovado em Dezembro último. Era um projeto que já estava previsto desde 2012 e não se entendia, que quando se tinha feito o orçamento para 2014 essa verba já não tinha ficado prevista se era um projeto continuado. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 14 abstenções.

23.º Ponto — Designação de um elemento da Assembleia Municipal para Integração do Conselho Municipal do Desporto, nos termos do disposto nas alíneas h) e i), do n.º 1, do artigo 3.º do Regulamento Municipal do Desporto.-----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo cidadão Joaquim Luís Rocha e Silva. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 32 votos a favor da lista A e 5 votos brancos, sendo assim eleito o senhor deputado Joaquim Luís Rocha e Silva para integrar o Conselho Municipal de Educação. ---

24.º Ponto — Conhecimento das minutas das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

25.º Ponto — Conhecimento do Relatório Anual de Atividades 2013, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel, nos termos do n.º 2, do artigo 32.º da Lei 147/99, de 01 de setembro, na sua versão atualizada.-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Filomena Pereira: Apelou à participação ativa de toda a comunidade, sendo certo que aquela comissão visava promover os direitos das crianças e jovens e reverir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, formação, saúde, educação e desenvolvimento integral. - -----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

-----Abertas as inscrições, inscreveu-se o senhor Jorge Ferreira da Mota, residente na freguesia de paço de Sousa e o senhor Luís Costa, residente na freguesia de Penafiel.-----

-----No final da reunião, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

